



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB**

Centro de Humanidades Osmar de Aquino

Departamento de Geografia

Curso de Licenciatura Plena em Geografia

**Linha de Pesquisa:**

**Transformações Econômicas e Processo de Urbanização**

**A GEOGRAFIA E O SETOR TERCIÁRIO NA CIDADE DE LAGOA  
D'ANTA/RN**

Erivaldo Couto da Silva

Guarabira – PB  
2016

**ERIVALDO COUTO DA SILVA**

**A GEOGRAFIA E O SETOR TERCIÁRIO NA CIDADE DE LAGOA  
D'ANTA/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em  
Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento aos requisitos necessários para  
obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da  
Costa

Guarabira – PB  
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586g Silva, Erivaldo Couto da  
A geografia e o setor terciário na cidade de Lagoa D'anta/RN  
[manuscrito] / Erivaldo Couto da Silva. - 2016.  
24 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.  
"Orientação: Francisco Fábio Dantas da Costa, Departamento  
de Geografia".

1. Cidade. 2. Setor Terciário. 3. Economia de Lagoa D'anta.  
I. Título.

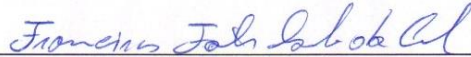
21. ed. CDD 910

ERIVALDO COUTO DA SILVA

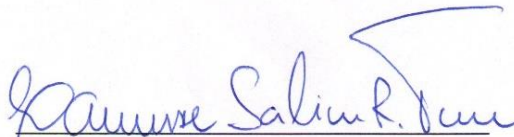
**A GEOGRAFIA E O SETOR TERCIÁRIO NA CIDADE DE LAGOA  
D'ANTA/RN**

Aprovado em: 01/novembro/2016

COMISSÃO EXAMINADORA



**Francisco Fábio Dantas da Costa – Orientador**  
**Professor do Departamento de Geografia da UEPB**  
**Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**



**Lanusse Salim Rocha Tuma – Examinador**  
**Professor do Departamento de Geografia da UEPB**  
**Doutor em Engenharia Mineral pela Universidade de São Paulo (USP)**



**Ivanildo da Costa Silva – Examinador**  
**Professor do Departamento de Geografia da UEPB**  
**Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

043 – GEOGRAFIA

A GEOGRAFIA E O SETOR TERCIÁRIO NA CIDADE DE LAGOA D'ANTA/RN

LINHA DE PESQUISA: Transformações Econômicas e Processo de Urbanização

AUTOR: ERIVALDO COUTO DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. FRANCISCO FÁBIO DANTAS DA COSTA – DG/CH/UEPB

EXAMINADORES:

LANUSSE SALIM ROCHA TUMA – DG/CH/UEPB

IVANILDO DA COSTA SILVA – DG/CH/UEPB

RESUMO:

O desenvolvimento das cidades ocorreu principalmente a partir de dois fatos históricos: a Revolução Comercial e a Revolução Industrial, que transformaram progressivamente a sociedade, antes agrária, em uma sociedade urbana. No Brasil o processo de urbanização é recente, tendo sido estimulado a partir da década de 1930 e se intensificado após a segunda metade do século XX. A economia do município de Lagoa d'Anta, área escolhida para estudo, segue a mesma lógica imperante no país, tendo o setor terciário com maior volume que os demais setores da economia. O terceiro setor é responsável pela maior parte do volume financeiro que forma o PIB do município (cerca de 78% no ano de 2010), responsável também por empregar a maioria absoluta das pessoas ocupadas na cidade. Este trabalho tem como finalidade principal, analisar as mudanças pelas quais tem passado o setor terciário das pequenas cidades brasileiras, com ênfase especial para a cidade de Lagoa d'Anta, buscando entender os impactos produzidos sobre a produção e reprodução do espaço urbano, sua importância para a geração de emprego e renda e as possíveis transformações na realidade social local.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, Setor Terciário, Economia de Lagoa d'Anta

## INTRODUÇÃO

O surgimento das cidades ocorre no momento da história humana em que o homem deixa o nomadismo. Seu desenvolvimento foi impulsionado de início com a formação de excedentes que passaram a ser comercializados, tendo surgido assim a divisão do trabalho entre o campo e a cidade.

Dois fatos históricos (a Revolução Comercial e a Revolução Industrial) possibilitaram o avanço das cidades, transformando assim o “mundo agrário” em um “mundo urbano”.

A urbanização transferiu muito mais do que pessoas do campo para cidade, transferiu também o foco da economia, ou seja, o setor secundário (industrial) ganhou maior destaque em detrimento do setor primário (agrário). Nos dias atuais, o novo urbano (cidade) tem si reinventado e com ele cresce o setor terciário, assumido um importante papel no tocante à geração de emprego, renda e fonte de subsistência, abrigando boa parte da população economicamente ativa.

Para Costa e Rodrigues (2015), atualmente boa parte dos municípios brasileiros e entre esses os do Rio Grande do Norte tem como principal fonte de arrecadação o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de modo que neles boa parte da população sobrevive graças ao funcionalismo público, aos salários pagos aos aposentados e aos repasses dos programas assistenciais, como o Bolsa Família. Sendo assim, forma-se uma massa de salários responsável por alimentar o mercado consumidor interno, aquecendo assim o próprio setor terciário local.

Este trabalho tem como finalidade principal, analisar as mudanças pelas quais tem passado o setor terciário das pequenas cidades brasileiras, com ênfase especial para a cidade de Lagoa d’Anta, buscando entender os impactos produzidos sobre a produção e reprodução do espaço urbano, sua importância para a geração de emprego e renda e as possíveis transformações na realidade social local.

Para a realização desse trabalho considerou-se a importância de uma pesquisa que buscasse entender o processo pelo qual o setor terciário da economia passou a ter maior volume, em comparação com os demais setores. Quais os impactos (positivos e/ou negativos) para a vida da comunidade local produzidos por esse fenômeno, bem como a relação entre o

processo de urbanização e crescimento do setor terciário da economia na cidade de Lagoa d'Anta/RN. Para tal, optou-se por uma metodologia descritiva e analítica.

Desta forma foram selecionados através de uma consulta bibliográfica, livros, revistas especializadas, monografias, dissertações, teses, artigos, fontes de internet e outros trabalhos publicados sobre o assunto proposto, sendo que os dados e informações levantados foram selecionados, avaliados e transmitidos de modo sequenciados, na última etapa do trabalho foi realizada a redação, digitação e organização gráfica.

## REFERENCIAL TEÓRICO

São nas cidades que a maior parte da população mundial vive. No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico, em 2010 éramos 190.755.799 habitantes, deste total 160.925.792 habitantes residiam na zona urbana, ou seja, 84,36% da população brasileira concentram-se nas cidades (IBGE, 2010-B).

De início surge então uma questão: Como e quando surgirão as cidades e como estas desenvolveram-se? Para responder estas e outras questões seguir-se-á o pensamento de alguns autores/geógrafos que tratam do assunto proposto.

Alguns autores da Geografia veem na função urbana que a cidade exerce sua própria origem, nesta visão as cidades industriais teriam como mola precursora a indústria, as cidades culturais (religiosas, universitárias e cidades – museus) a cultura e ainda, outros que defendem que a origem das cidades relaciona-se às atividades comerciais, administrativas ou políticas (CARLOS, 2007).

Nesse sentido Ribeiro (2008), fala que as cidades têm origem também em função da atividade comercial, ou seja, a reunião de pessoas para comercializar excedentes está na origem das aglomerações humanas. Desta forma, elas nasceram da divisão do trabalho e mesmo que continuassem a produzir mercadorias no campo, os homens passaram a se encontrar em cidades para trocar os produtos.

Outros autores apresentam uma visão diversa da aqui já apresentada, no que diz respeito à origem das cidades. A professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Ana Fani Alessandri Carlos, afirma que:

A diferenciação de enfoque quanto à origem da cidade baseia-se numa concepção teórico-metodológica que nos permite pensar o espaço geográfico enquanto produto das relações entre a sociedade e a natureza (primeira, no estágio inicial). Não podemos dizer que o espaço geográfico existe com surgimento do homem no planeta; ao contrário, o espaço geográfico só se constitui enquanto produto humano, logo social, na medida em que o homem tem condições de, através de seu processo de trabalho, transformar a natureza e produzir algo diverso dela (CARLOS, 2007, p. 57).

Adotar-se-á para esse trabalho o entendimento da professora Ana Fani, quanto a origem das cidades, pois, considera-se ser esse o mais acertado.



A cidade é uma construção humana, sua origem é histórica e surge em um dado momento da história da humanidade. Seu desenvolvimento ocorreu ao longo do processo histórico, sendo diversas suas formas e conteúdos.

No momento em que o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor, é dado o primeiro passo para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permitem extrair algum excedente agrícola, é um segundo impulso para o surgimento das cidades, visto que ele pode agora dedicar-se a outra função que não a de plantar. Passa a existir uma divisão do trabalho fora da produção essencialmente agrícola. As primeiras cidades vão surgir exatamente nos locais onde a agricultura já apresentava certo estágio de desenvolvimento, ou seja, na Ásia, e só muito mais tarde, na Europa [...] Acrescenta-se que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção, ou seja, uma sociedade de classes. A origem da cidade se confundiria com o princípio de uma hierarquização social, a qual, no entanto, a precede historicamente. Assim podemos vincular a existência da cidade a pelo menos seis elementos: a) divisão do trabalho; b) divisão da sociedade em classes; c) acumulação tecnológica; d) produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; e) um sistema de comunicação e f) uma certa concentração espacial das atividades não-agrícolas (CARLOS, 2007, p. 58-60).

De acordo com Sposito (1995), o fator natural foi o responsável pelos primeiros assentamentos urbanos, uma vez que os rios serviam para a obtenção de água para as práticas agrícolas e de criação, para o transporte de mercadorias, o abastecimento humano e etc. Ainda de acordo com a mesma autora definir o tempo exato do surgimento das primeiras cidades é uma tarefa que apresenta certas dificuldades.

Para Carlos (2007), foi em torno de 5.000 a.C. que surgem, junto ao Eufrates e em outros pontos da Ásia menor, as primeiras povoações às quais pode-se dar o nome de cidade. Dentre essas as mais antigas foram provavelmente Kisch, Ur e Uruk. As duas últimas desapareceram com a mudança do leito do rio Eufrates.

Embora já existissem cidades há milhares de anos em sociedades com diferentes modos de produção, sua importância aumentou em dois períodos históricos mais recentes. O primeiro começou no final da Idade Média e estava relacionado com as transformações que ocorreram no sistema feudal europeu com o desenvolvimento do capitalismo; o segundo começou no final do século XVIII com a Revolução Industrial e estava relacionado com a formação de um modo de produção capitalista (OLIVEN, 2010, p. 7).

Guardada as devidas particularidades de cada cidade, pois, sabe-se que cada uma tem sua própria história, pode-se dizer que de forma geral o desenvolvimento das cidades vincula-se a fatos históricos gerais, entre esses fatos destacam-se dois: A Revolução Comercial e Revolução Industrial (SPOSITO, 1995).

Para Xavier (2014), a Revolução Comercial (século XVI), que propiciou o início das grandes navegações com fins comerciais e de exploração, possibilitou determinada expansão das áreas urbanas já existentes e a criação/propagação de novas cidades.

A partir da Revolução Industrial no século XVIII, aconteceu um grande crescimento das cidades, a urbanização da Europa teve um impulso, aumentando o número de cidades e conseqüentemente a população urbana na Europa (SPOSITO, 1995).

De acordo com Andrade (1998), a Revolução Industrial transformou o espaço urbano, que até então era apenas um centro de comércio e de serviços, em um espaço também produtivo, onde a matéria-prima, oriunda do campo passou a ser transformada em produtos. Assim, inúmeros trabalhadores se transferiram do campo para a cidade à procura de emprego nas fábricas, surgindo as cidades industriais com bairros pobres (estratificação da utilização do solo) e graves problemas sociais e ambientais.

Dessa forma, as cidades nos dias atuais são antes de qualquer coisa, o reflexo do modelo econômico (capitalismo) hegemônico adotado por nossa sociedade. Neste sentido:

[...] entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (SPOSITO, 1995, p. 10).

No Brasil o processo de urbanização pode ser considerado recente, pois, sabe-se que foi só a partir do século XVI, com a presença dos povos não nativos, que o território brasileiro passou a contar com um processo de formação do que convencionou-se chamar nos dias atuais de cidade.

Para Santos (1993), o Brasil durante séculos foi um país agrário, tendo o início de sua urbanização ocorrido a partir do Nordeste brasileiro, mais precisamente no recôncavo da Bahia e Zona da Mata nordestina. Salvador capital do estado da Bahia foi a primeira cidade brasileira a contar com uma certa infraestrutura urbana.

Foi só a partir do século XVIII que a urbanização brasileira passou a conhecer o desenvolvimento, porém foi no século XIX que ela alcançou a maturidade e levou mais um século para atingir as características com as quais a conhecemos nos dias atuais (SANTOS, 1993).

De acordo com a tabela 01, no final do século XIX a população brasileira urbana, ou seja, aquela que vivia nas cidades, representava uma parcela pequena da população, ao ser comparada com o número total. Foi só a partir de 1900 que o país passou a conhecer um verdadeiro aumento em sua população urbana, chegando em 1970 a ter a maior parte da sua população morando nas cidades.

**Tabela – 01: Crescimento da População Urbana e Total do Brasil**

Ano	População Total	População Urbana	% da População Urbana
1872	9.930.478	582.749	5,9
1890	14.333.915	976.038	6,8
1900	17.438.434	1.644.149	9,4
1920	30.635.605	3.287.448	10,7
1940	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	70.967.185	31.990.938	45,08
1970	93.204.379	50.600.000	56,00
1980	117.357.910	76.400.000	65,10

Fonte: OLIVEN (2010).

O Brasil atual pode ser considerado como um país urbano, pois de acordo com IBGE (2010-B), a grande maioria da população (84,36 %) reside nas cidades e estas se espalham por todo o território nacional.

As cidades apresentam tamanhos distintos, tanto no que se refere ao número de habitantes, quanto à extensão territorial; são também diversas as funções que estas exercem, podendo a mesma cidade ter mais de uma função e no que refere-se as relações entre estas, sabe-se que ocorrem de formas diversas, podendo estas relações ocorrerem entre cidade e campo e/ou entre cidades.

Ater-se-á a discussão quanto ao tamanho das cidades, não por entender que as outras questões (funções e relações) tenham menor importância, mas sim por considerar que a discussão acerca do tamanho da cidade envolve um dos conceitos chave (pequenas cidades) para este escrito.

A maioria das cidades encontra-se em constante processo de expansão devido aos mais diversos fatores que possibilitam o seu crescimento em número de habitantes e em área ao longo dos anos (XAVIER, 2014, p.19).

Ao definir uma cidade como sendo essa “grande”, “media” e/ou “pequena”, utilizando-se unicamente o número de sua população, contemplar-se-á apenas, o estudo das redes e hierarquias urbanas, para esse estudo:

Cidade pequena se contraporia à cidade grande. E cidade média seria aquela que está entre uma e outra, ou seja, teria uma dimensão intermediária. Ao se pretender averiguar o tamanho seja da malha urbana, seja do contingente populacional, necessita-se fazer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade e/ou do contingente populacional. Tais dados são fornecidos pelas instituições de estatísticas. Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos (MAIA, 2010, p. 18).

Para Sposito (2009), existe a necessidade de se fazer um esforço para superar a utilização desses adjetivos de pequenas e médias, “cidades pequenas e cidades médias”, uma vez que estes adjetivos não são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas. Complementa a autora: “a realidade das cidades pequenas e médias é extremamente plural para que se continuem adotando, no plano teórico-conceitual, esses dois adjetivos”. É necessário repensar essas expressões para que se chegue a denominações que traduzam o conteúdo das realidades analisadas.

Desse modo, apresenta-se o pensamento de Silva *et. al.*, 2009, *apud* Costa e Rodrigues (2015), que afirmam já não ser possível considerar a pequena cidade como um centro local, voltado apenas para a satisfação das necessidades mínimas de sua população, mas que deve ser definida a partir da sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade. Essa afirmação não exclui, portanto, a ideia da pequena cidade como espaço também de produção e reprodução do capital.

### **Os Setores da Economia**

A economia de um país é formada por três setores básicos de produção: o primário, o secundário e o terciário. Na economia das cidades esses setores apresentam-se com maior ou menor volume, pois variam de acordo com as atividades desempenhadas em cada lugar.

De acordo com Sandroni (1999), o setor primário é aquele formado pelas atividades agropecuárias (agricultura e pecuária) e extrativas (animais, vegetais e minerais); o setor secundário, aquele que é composto pela produção de bens físicos por meio da transformação de matérias-primas realizada pelo trabalho humano com o auxílio de máquinas e ferramentas (inclui toda a produção fabril, a construção civil e a geração de energia); já o setor terciário, é formado pelos serviços em geral (comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviços de água e esgoto e administração pública).

Os três setores (primário, secundário e terciário) compõem a economia de um país, de um estado e/ou de uma cidade, sendo que, cada um destes setores desempenha um papel na economia. A “importância” de cada um destes setores para a formação da economia de um determinado local varia de acordo com o tempo e o nível de desenvolvimento econômico de cada um.

O setor terciário ou terceiro setor da economia é o que engloba os serviços em geral. Desta forma, criasse a necessidade de definir serviços, portanto, utilizar-se-á a seguinte definição:

Conjunto das atividades que se desenvolvem especialmente nos centros urbanos e que são diferentes das atividades industriais e agropecuárias. Tais atividades normalmente se enquadram no assim chamado setor terciário da economia, como o comércio, os transportes, a publicidade, a computação, as telecomunicações, a educação, a saúde, a recreação, o setor financeiro e de seguros e a administração pública (SANDRONI, 1999, p. 553).

Para Corrêa (2003), as atividades econômicas desenvolvidas em uma cidade podem ser divididas em duas partes: básicas ou primárias, que são exportadas, justificando, assim, a própria existência da cidade; e atividades não básicas ou secundárias, que se destinam à própria população urbana. Neste mesmo sentido, Singer (2002) afirma que a economia de uma cidade divide-se em duas partes: atividades destinadas ao exterior e atividades para o consumo interno.

Santos (2008), ao analisar as atividades econômicas do sistema urbano (cidade) afirma que este possui outros dois subsistemas, chamados de “circuito superior” ou “moderno” e “circuito inferior”.

O circuito superior originou-se a partir do avanço tecnológica, sendo seus elementos mais representativos os monopólios. Suas relações ocorrem principalmente fora da cidade e

da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. Já o circuito inferior, composto pelas atividades de pequena dimensão, tem nas populações pobres seu interesse principal e mantêm boas e privilegiadas relações com sua região (SANTOS, 2008).

Os serviços do circuito superior são sofisticados e de alto custo, portanto, utilizados por uma pequena parcela da população local, enquanto que os serviços do circuito inferior apresentam uma lógica inversa. Em geral substituem os do circuito superior e atende a maior parte da população, sua importância aumenta de acordo com o tamanho da cidade (XAVIER, 2014).

No decorrer do século XX o setor de serviços ganhou importância no âmbito da economia mundial, em especial, nos países industrializados. É a partir da década de 1960 que esse setor conhece uma grande e generalizada expansão, em virtude da introdução da microeletrônica no processo produtivo que gerou novos produtos e possibilitou o processo de reestruturação produtiva, marcado pelo crescimento da produtividade e pela globalização das atividades econômicas (COSTA e RODRIGUES, 2015).

Apesar do crescimento do setor terciário na economia global, este não ocorre de forma uniforme entre todos os países. Neste sentido, Santos (1979, p. 58) afirma que as definições quantitativas e qualitativas do terciário são distintas para cada país, correspondendo a “(...) uma forma particular da divisão do trabalho internacional e interna a cada país”.

Essa abordagem de Santos (1979) é interessante para se pensar o terciário no âmbito das pequenas cidades, pois entendemos que muitos dos aspectos desse setor estão diretamente relacionados com o modo pelo qual eles se inserem dentro do processo mais geral de produção.

Neste sentido, fica claro que o processo de terceirização da economia não é igual em todas as cidades. Portanto, ao falar especificamente acerca deste processo na área geográfica a qual estar localizada o nosso objeto de estudo, Costa e Rodrigues (2015), afirmam que a economia nordestina passou por sucessivas crises e, no caso do Rio Grande do Norte, a falência das algodoiras, das fábricas de óleo de algodão e oiticica, das fábricas de sabão e das cordoarias, que tinham uma enorme importância econômica para a maioria das cidades onde estavam instaladas, levou à redução de sua expressão urbana.

Para Costa e Rodrigues (2015), as mudanças no setor terciário das pequenas cidades podem ser entendidas também como o resultado dos novos padrões de consumo da população, responsáveis por favorecer o surgimento e a expansão de atividades que buscam atender a essa nova demanda por produtos e serviços.

As mudanças nos modos de consumo das populações das pequenas cidades são explicadas, pelo fato de vivermos em uma sociedade de consumo, cujas relações sociais são mediadas cada vez mais pelas mercadorias, originando uma sociedade que vive uma modernidade triunfante (TOURAINÉ, 1994).

As discursões aqui apresentadas ganham importância ao passo que permite pensar as transformações dos espaços tradicionais de consumo e a produção de novas formas comerciais e de serviços nas pequenas cidades, como resultado dessa nova dinâmica do consumo e também como meio de propiciar a ampliação do consumo. A pequena cidade torna-se assim um espaço propício à reprodução do capital globalizado (COSTA e RODRIGUES, 2015).

## FORMAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ECONOMIA DA ÁREA EM ESTUDO

### Formação Histórica do Município

Segundo Cascudo (1968), João Bernardo da Silva em 22 de Junho de 1819 tinha Sesmaria no lugar denominado Lagoa D'anta, terras que foram do Padre David Muniz Gomes. O reverendo sacerdote desistente não foi o desbravador do local porque a lagoa tinha nome legitimamente Português (D'anta), sendo assim, o nome do local era uma herança de velhas famílias de bom sangue, ou seja, ignorado posseiro inicial. No que tange ao significado do topônimo D'anta, originar-se-ia em Portugal do monumento megalítico, ANTA.

Foi com o surgimento de fazendas de gado às margens das lagoas, que a partir do final do século XVIII, o povoado começou a prosperar e, em 1920, o crescimento da economia foi impulsionado com a construção de estradas que ligavam os povoados ao município de Nova Cruz. Logo depois, o povoado de Lagoa D'anta foi ligado às outras regiões do Estado e os produtos da terra foram comercializados com mais facilidades. Nessa época, também, foram edificadas a igreja e a escola. A base da economia do povoado era a produção agrícola e a pecuária (IDEMA, 2005).





O povoado foi elevado à categoria de município com a denominação de Lagoa d'Anta, pela lei estadual nº 2788, de 11 de Maio de 1962, desmembrado do município de Nova Cruz/RN, constituído do distrito sede, que recebe o mesmo nome do município, foi instalado em 30 de Março de 1963. Sua divisão territorial é datada de 31 de Dezembro de 1963, assim permanecendo até os dias atuais (IBGE, 2010-A).

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contidos na tabela abaixo, o município de Lagoa d'Anta teve um crescimento populacional entre 1970 e 2010 de mais de 50,7% em sua população residente.

**Tabela – 02: Evolução da População de Lagoa d'Anta/RN (1970,1980,1991,2000 e 2010)**

<b>Anos</b>	<b>Pop. Total</b>	<b>Pop. Urbana</b>	<b>Pop. Rural</b>
1970	4.132	935	3.197
1980	4.347	1.094	3.253
1991	5.071	2.252	2.549
2000	5.629	3.387	2.242
2010	6.227	3.982	2.245

Fonte: Elaborado com base em:

IBGE, Censo Demográfico do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1970,1980,1991, 2000 e 2010-A.

Organizado pelo autor

Pode-se perceber que no início da contagem populacional realizada pelo IBGE, (1970) a população rural do município era mais de três vezes maior que a urbana, em 1991 passa-se a existir um equilíbrio entre a população rural e urbana. No ano 2000 a população urbana ultrapassa a população rural e em 2010 a população urbana já era de mais de 63% da população total, seguindo assim, a tendência imperante da superação da população rural pela urbana do nosso país.

### **Localização e Delimitação Geográfica da Área**

Lagoa d'Anta/RN é um dos 167 (cento e sessenta e sete) municípios que compõem o Estado do Rio Grande do Norte. Politicamente o Estado potiguar divide-se em quatro mesorregiões geográficas, subdivididas em dezenove microrregiões e estas em municípios. Lagoa D'Anta situa-se na mesorregião Agreste Potiguar e na microrregião Agreste Potiguar, que é composta por 22 municípios.

De acordo com o instituto de Desenvolvimento Sustentável e meio Ambiente, IDEMA (2005), o município possui uma área territorial de aproximadamente 105,65 km<sup>2</sup>, o equivalente a 0,19% da superfície do estado. A sede do município possui as coordenadas geográficas de 06°23'28" de latitude sul e 35°35'54" de longitude oeste, estando a 154 metros de altitude em relação ao nível do mar, distante da capital do estado cerca de 121 km, tendo como principais acessos as rodovias pavimentadas BR-226, RN-093 e RN-001.

### **Aspectos Econômicos**

A economia foi por muito tempo apoiada basicamente na agropecuária e na agricultura, pois, foi a partir destes ramos da economia que o povoado de Lagoa d'Anta teve relativo crescimento, chegando à categoria de município. Destaca-se no setor primário da economia a produção de mandioca.

Para Souza (2011), o cultivo da mandioca é a principal atividade agrícola do município, sendo responsável por grande parte das atividades econômicas desenvolvidas pela população ocupada nos anos 2.000, pois, no ano de 1999 o valor de sua produção é mais de nove vezes superior ao valor da produção de todas as outras culturas juntas.

A indústria, que corresponde ao setor secundário da economia faz-se presente no município, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE e contidos na tabela abaixo, referentes à formação do Produto Interno Bruto-PIB. No ano de 2010 a indústria ocupava a segunda posição na composição do PIB do município, superando o setor primário, porém, com valor bem parecido.

**Tabela – 03: Produto Interno Bruto- 2010 (Valor Adicionado)**

<b>Variável</b>	<b>Lagoa d`Anta</b>	<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>Brasil</b>
Agropecuária	1.125	883.475	105.163.000
Indústria	1.157	4.101.192	539.315.998
Serviços	8.068	10.763.580	1.197.774.001
Total	10.350	15.748.247	1.303.477.314

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

NOTA: Os dados do Produto Interno Bruto dos Municípios para o período de 2010 a 2013 (série revisada) têm como referência o ano de 2010, seguindo, portanto, a nova referência das Contas Nacionais.

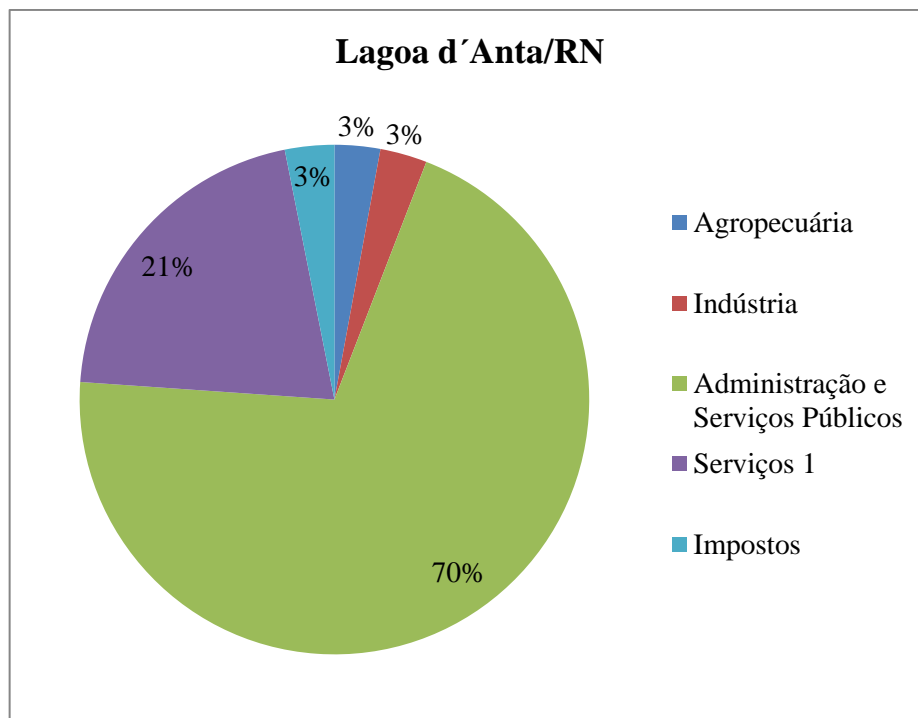
O setor terciário da economia no município é o maior dos três setores, ou seja, é nele que está concentrado o maior valor financeiro, os dados contidos na tabela acima

demonstram que o terceiro setor contribui para a formação do PIB de Lagoa d'Anta com 77,95% do valor total deste.

A formação do PIB municipal segue a mesma lógica dominante na formação do PIB do Estado do Rio Grande do Norte e do país, ou seja, o setor de serviços e comércio dar a maior contribuição absoluta para sua formação.

Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, contidos no gráfico abaixo, que trata do produto interno bruto dos municípios – 2013 de forma mais detalhada, percebe-se que o setor terciário é apresentado em dois grupos. O grupo formado pela administração e serviços públicos é três vezes maior que o grupo de serviços, deste modo fica claro que a administração e serviços públicos é o grupo de maior importância na formação PIB de Lagoa d'Anta.

**Gráfico 01 – Produto Interno Bruto dos Municípios – 2013**



Fonte: Elaborado com base em:  
 IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2013.  
 (1) Exclusive Administração e Serviços Públicos.  
 Organizado pelo autor.

O funcionalismo público municipal é sem dúvida o maior contribuinte para formação do grupo de Administração pública e serviços, tendo grande importância para

formação geral do setor terciário, pois, além da sua contribuição em si mesmo para o setor, este fomenta o comércio local.



Outro dado interessante é o que trata da população ocupada entre os anos de 2007 a 2013. De acordo com a tabela 04 a população ocupada no município de Lagoa d'Anta neste período, concentrava-se em sua maioria esmagadora no setor terciário da economia, tendo os setores primário e secundário resultados bastante parecidos. Destaca-se ainda o elevado número de pessoas ocupadas no grupo de serviços em comparação com o grupo de comércio.

**Tabela – 04: Pessoas Ocupadas por Setor (2007-2013)**

Variável	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Agricultura</b>	2	3	2	2	2	2	2
<b>Comércio</b>	8	9	10	12	21	22	27
<b>Indústria</b>	0	0	1	1	2	0	0
<b>Serviços</b>	303	330	387	330	330	322	423

Fonte: Elaborado com base em:  
IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.  
Organizado pelo autor

Assim, ao considerarmos os valores que formam o PIB da cidade (Agropecuária, Indústria e Serviços) contidos na tabela 03, o número de pessoas ocupadas tabela 04 e demais

dados aqui já apresentados, pode-se afirmar que Lagoa d'Anta é uma cidade que tem nas atividades terciárias sua principal função.

Outra questão que merece destaque é que os dados aqui apresentados representam apenas a economia formal, ou seja, aquela que funciona de acordo com as leis e exigências do país, sendo sua principal característica as formações oligopolistas. Já o setor informal abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou à produção de serviços, constituídas em desacordo com as leis vigentes (SANDRONI, 1999).

Observando as fotos abaixo é possível perceber algumas atividades desempenhadas pelo terceiro setor, sendo o Supermercado Agostinho um exemplo do setor formal e a feira livre um exemplo do setor informal.



Por fim, ao considerar os dois circuitos da economia, sendo que o setor formal está inserido dentro do circuito superior, enquanto que o informal faz parte do circuito inferior, sendo que estes se fazem presentes na cidade de Lagoa d'Anta, percebe-se que o setor terciário tem ainda maior volume do que os dados oficiais apresentam sobre a economia de Lagoa d'Anta.

## CONCLUSÃO

De forma geral, o presente trabalho buscou apresentar o processo de surgimento, evolução e desenvolvimento das cidades ao longo da história da humanidade, a ocorrência deste processo em nosso país e em especial na área em estudo. Caracterizando a cidade, antes de qualquer coisa, como uma construção realizada pelo trabalho humano.

Ao longo de nossa história as cidades tiveram um grande crescimento, tanto no que se refere ao número de habitantes, quanto a sua extensão territorial, tornaram-se o local de moradia para a maioria da população. Porém, as riquezas produzidas nas cidades não são distribuídas entre os seus habitantes, principalmente nas cidades dos países subdesenvolvidos. Nesta perspectiva, a maioria das cidades apresenta uma grande desigualdade social, que de modo geral faz surgir diversos problemas, tais como: poluição, violência, submoradias, etc.

O desenvolvimento das cidades transferiu o foco econômico em todo mundo, em um primeiro momento, a economia que tinha como base as atividades agrárias (setor primário), foi transformada em uma economia de base industrial (setor secundário) e nos dias atuais foi deslocada para as atividades de serviços e comércio (setor terciário).

O setor terciário da economia não está presente apenas nas grandes cidades, pois nas pequenas cidades ele tem exercido um importante papel na geração de emprego e renda para a população local. Esse fato possibilita à pequena cidade uma nova dinâmica social, através da criação de novos espaços de consumo, de convivência e interação social.

Ao analisar os dados da economia de Lagoa d' Anta, percebe-se a grande importância que o setor terciário tem para a cidade na atualidade, pois lidera de forma muito ampla a formação do PIB local e concentra a maioria absoluta da população ocupada da cidade.

As transformações ocorridas na economia local, no modo de viver em sociedade e nos padrões de consumo nas últimas décadas na cidade de Lagoa d'Anta, associados ao fenômeno da globalização e da urbanização que atinge todos de forma geral, desde cidades internacionais, nacionais e que atinge de alguma maneira as pequenas cidades, nos permite observar um novo arranjo geográfico, baseado na urbanização e no avanço do setor terciário sobre os demais setores da economia na cidade em estudo.

**ABSTRACT**

The development of cities occurred mainly from two historical facts: the Commercial Revolution and the Industrial Revolution, which gradually transformed society, previously agrarian, into an urban society. In Brazil the process of urbanization is recent, having been stimulated since the 1930s and intensified after the second half of the twentieth century. The economy of the municipality of Lagoa d'Anta, chosen for study, follows the same logic that prevails in the country, with the tertiary sector with more volume than the other sectors of the economy. The third sector is responsible for most of the financial volume that forms the municipality's GDP (about 78% in 2010), also responsible for employing the absolute majority of people employed in the city. This work has the main purpose of analyzing the changes that the tertiary sector of small Brazilian cities has undergone, with special emphasis on the city of Lagoa d'Anta, seeking to understand the impacts produced on the production and reproduction of urban space, its importance For the generation of employment and income and the possible transformations in the local social reality.

**KEY WORDS:** City, Tertiary Sector, Economy of Lagoa d'Anta

## REFERÊNCIAS.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica. 12º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 8º ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara, Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHALL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Joabio Alekson Cortez & RODRIGUES, Lucas Costa. A Expansão do Setor Terciário nas Pequenas Cidades do Rio Grande do Norte. Rio Claro/SP: UNESP, 2015.

IBGE, Censo Demográfico do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010-A. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=3&i=P>. Acessado em: 12 de Agosto de 2011.

IBGE, Censo Demográfico: Sinopse do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010-B. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>. Acessado em: 20 de Agosto de 2016.

IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=240620&search=rio-grande-do-norte|lagoa-d`anta|info%EFficis:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>. Acessado em: 21 de agosto de 2016

MAIA, Doralice Sátiro. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin & HENRIQUE, Wendel (Orgs.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Rio de Janeiro: CEPS, 2010.

RIBEIRO, Wagner Costa. Cidades ou Sociedades sustentáveis? IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (orgs.). Urbanização e mundialização. São Paulo: Contexto, 2008.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Perfil de Seu Município. Natal: IDEMA, volume 8, 2005. Disponível em: <http://>



www.Idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio\_economicos/enviados/perfil\_1.asp. Acessado em: 10 de Agosto de 2016.

SANDRONI, Paulo (org.). Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

\_\_\_\_\_. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Por uma concepção conceptual: As pequenas cidades em tela. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Pequenas cidades: uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009. p. 13-41.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Ariosvaldo Cândido de. A produção do espaço geográfico pela agricultura no município de Lagoa D'Anta – RN: Importância da mandioca. Guarabira: UEPB, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1995.

\_\_\_\_\_. Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras. Belém: FASE/ ICESA/UFPA, 2009. v. 1.

TOURAINÉ, A. A crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

XAVIER, Webson dos Santos. A Cidade e A produção do Espaço: um estudo de caso na cidade de Guarabira/PB. Guarabira: UEPB, 2011.